

Adriano Moreira

**O CULTO DA IDENTIDADE NO SÉCULO XX:
PORTUGAL**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

O CULTO DA IDENTIDADE NO SÉCULO XX: PORTUGAL

AUTOR

ADRIANO MOREIRA

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-297-1

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

O CULTO DA IDENTIDADE NO SÉCULO XX: PORTUGAL

Adriano Moreira

Vivemos, sobretudo depois da queda do Muro de Berlim, um período em que o conceito de “mundo único”, de algum modo premissa maior do conceito “a terra, casa comum dos homens”, correspondeu à leve esperança de ver nascer uma época em que, no dizer de Paulo VI, “o desenvolvimento sustentado” seria o novo nome da paz. Em poucas décadas, enfrentamos uma angustiada meditação sobre “o fim do mundo único”, e vemos ganhar consistência a verificação de que temos “*guerra em toda a parte*”. Seguramente em parte porque a evolução da realidade ultrapassou largamente as previsões dos textos legais em que foi formulada a esperança desse “mundo único”, a começar pela Carta da ONU e o seu apêndice que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a questão da identidade anda precedida pelo tema da “impersonalidade”, esta a expressão que ficou devida a Matieu Duchâtel.

Num estudo, já de 2011, Mathieu Duchâtel, investigador dos problemas da Ásia, nas Sciences Po, usou o conceito do “culto da impersonalidade” para traçar a caminhada de Hu Jintao até reunir nas suas mãos e vontade a herança do pensamento legado pelo inovador Deng Xiaoping. Também nos ocidentais encontramos exemplos dessa política de apagamento da visibilidade, ao mesmo tempo que, entre outras práticas, procuram reservar a capacidade de falar ao ouvido do príncipe, com a imagem “de um tecnocrata apagado e consensual”. É de admitir que a globalização tenha multiplicado os fenómenos assimiláveis, designadamente nas vastas redes burocráticas cuja constituição anda, até pela complexidade, afastada dos olhares das populações dos numerosos países que se congregam, e que frequentemente eles próprios usam o método da política furtiva, isto é, longe da intervenção ou conhecimento dos eleitorados e parlamentos nacionais. A evolução da União Europeia, designadamente na política do alargamento e da segurança e defesa, tem um passado refletido em muitos dos desafios que a inquietam, mas, nesta data de crise, a questão parece fazer crescer outro aspeto, talvez não novo mas subitamente avultado, no que toca às eleições para os cargos e encargos da governança interna que pertence à soberania sobrance de cada um. Um dos elementos desta situação é de expressão antiga, mas ganhando relevância a partir da crise, que é a substituição do conhecimento da identidade e capacidades dos eleitos para os Parlamentos em listas partidárias, as quais tornam ignorados os candidatos pelo facto de ser a identidade do Partido que avulta no chamamento e determinação de voto do eleitorado. Muitas reformas do Estado, de tempos a tempos lembradas mas não concretizadas, fazem com que permaneça um culto de impersonalidade que provavelmente priva a gestão do Estado de concorrência de capacidades que não apreciam o processo. Mas a questão agrava-se quando a disputa diz respeito a cargos individuais, aos quais é de esperar que concorram individualidades independentes, que podem querer preservar essa independência mesmo quando, em alguma época,

passaram pelas exigências da habitualidade do sistema, que pode ele próprio estar frustrado quanto às intenções dos legisladores que o desenharam. Nestes casos, por toda a Europa, se vai verificando que a intervenção dos meios de comunicação é dominante, e que o comentarismo vai desempenhar uma função criativa no sentido de construir a imagem do candidato, eventualmente sem vida política relevante, e reserva no que respeita à sua intimidade. O resultado, com probabilidade de não ter sido querido ou programado, é que o eleitorado seja chamado a votar numa imagem apressadamente criada, porque as pregações são curtas e as matérias são escassas, mas não sobre a realidade humana, insubstituível, discreta, que a cada um pertence. Os rituais das manifestações públicas pertencem mais ao Estado espetáculo, do que ao dentro das coisas, e os desastres que temos visto destruírem o projeto dos fundadores da União Europeia encontram aqui uma parte da causalidade, como que oculta, que os determina: os decisores que governam a União, pela maior parte não são do conhecimento personalizado do povo europeu. Ora, não faltam avisos de que o risco em que as sociedades europeias, e mundiais, vivem está em crescimento e não em regressão, pelo que o “culto da impersonalidade” não é o mais indicado: nem para os programas, nem para os proponentes, nem para os candidatos a qualquer das parcelas da responsabilidade e do poder de governar. Isto porque não chega assumir as teorias que são capazes de certezas de caminho único, também é indispensável conhecer a realidade dos candidatos. E nisto os meios de comunicação social, sobretudo em relação a casos de independentes, são um amparo indispensável dos eleitores, não do Estado espetáculo.¹ Acontece ainda que, se tudo se traduz no apoio ao conceito de *Estado Espectáculo*, de que se ocupou com profundidade Schwartzberg, é a conceptuologia teatral que domina a vida pública, com os atores democráticos da luta pelo poder a organizar *uma imagem que captura a adesão*, com efeitos evidentes: a *falta de autenticidade* da relação entre a *conquista* e o *exercício do poder*, porque o pretendido foi fixar a *imagem do poder*, o que eventualmente conduz à *clandestinidade do Estado*, ou à falta de autenticidade, pela desinformação, pelo *manejo das estatísticas*, controlo dos *meios de comunicação*, violação da *intimidade dos cidadãos*, até à *corrupção*.² Por isso, recentemente, Thomas Piketty, escreveu que “a investigação em ciências sociais é e será sempre titubeante e imperfeita. Não tem a pretensão de transformar a economia, a sociologia, e a história, em ciências exatas”.³ Todos estes facto, apenas indicativos, implicaram um consequencialismo não necessariamente planificado, que nos fez viver o que já foi chamado “un monde en panne de modèles”. Daqui resulta que o tema das *identidades* implique tentar alinhar o conjunto de *modelos* que ampararam o desenho da ONU, cuja Carta e Declaração de Direitos foram uma tentativa de definir a imagem do *futuro* sonhado, a partir das raízes postas em crise pelas *duas guerras mundiais*. Não pretendemos uma enumeração exaustiva, mas tentaremos alinhar os conceitos que implicam com a *identidade* em relação com a *impersonalidade* do *Mundo Único* em que

¹ Matieu Duchâtel, Hu Jintao, *le culte de l'impersonnalité*, in L'État du Monde, 2011, La Découvert, Paris, p. 74.

² Schwartzberg, *L'État Spéctacle*, Paris, 1977. A. Moreira, *Ciência Política*, Almedina, Coimbra, 1995, p. 234. V. Marchetti e J. D. Marks, *The Cia and the Cult of Inteligence*, N. Y., 1974.

³ Thomas Piketty, *O Capital no século XXI*, Circulo de Leitores, Lisboa, 2015, p. 18.

está Portugal e a sua circunstância, com a certeza de que não se trata, para nós, de um caso único. Em primeiro lugar o conceito de Estado-Nação, que no caso português correspondeu ao *conceito cultural* e não *étnico*; a *soberania*, com a variação de poderes que implicaram sempre uma hierarquia das potências; as *fronteiras* sagradas pela história e pelo sangue com que foram traçadas; a *igualdade de direitos* e a *legalidade*, com variados sentidos para a *democracia* (*ocidental, popular, cooperativa*), sem todavia evitar as ruturas radicais (*totalitarismo, fascismo, soviétismo, ditadura*), legitimidade de ação colonial (*colónias, mandatos, protetorados, fideicomissos, hegemonias*); uma *Europa dominadora*, com a submissão do que chamou o *resto do mundo*, ou *povos mudos do mundo*, embora ela e o Ocidente que criou, nunca evitassem conflitos internos, divisões, antagonismos, designadamente pela falta de consolidação da realidade nação, eventualmente pela divisão por potências exteriores, como aconteceu à Polónia que parece a Nação pior estacionada deste continente, os checos, eslovacos e croatas, que pertenciam ao Império Austríaco, acrescentando a parte europeia da Rússia, e o caso dramático da Irlanda. Para simplificar, anotemos que a 1.^a Guerra Mundial (1914-1918), segundo a doutrinação de Willson, acabou com os impérios europeus a favor do modelo Estado-Nação, e que a 2.^a Guerra Mundial (1939-1945) levou ao fim do colonialismo Euromundista imperial, incluindo o português, o que apoiou a referida imaginação de *Um Mundo Único* quanto aos modelos normativos essenciais, e o pequeno planeta Terra a ser considerado, como dissemos, a *Casa comum dos homens*.⁴ Todavia os factos desativaram os modelos quer existentes, quer sonhados, das novas identidades. Em primeiro lugar, a série de conflitos armados, que teve analistas a adotar a conclusão de que a regra é “*guerra em toda a parte*”, a aprofundar o realismo pessimista com que é vista a *terra morada de todos os homens* com o drama dos *refugiados* que fogem das suas pátrias cuja insegurança, para as vidas e futuros, muito resultou da intervenções ocidentais esquecidas do princípio de adoção do *mal menor* (Afeganistão, Iraque, Líbia) fazendo-nos perguntar insistentemente que *Europa é esta*, que tem um conflito, até agora insolúvel, entre o medo da multidão que se desloca, os princípios legais, e os valores da humanidade, com a situação assustadora do Mediterrâneo transformado em cemitério, e a violência do presidente Viktor Orbán da Hungria que ordenou às tropas o uso das armas contra os emigrantes com a hipocrisia de não causarem mortos, e muita da sociedade civil europeia a medir a capacidade de, vista a realidade da crise económica e financeira, e do desemprego esmagador, a temer pela agravação da situação de carências, com o que sofre, com as políticas de austeridade: a chamada “*Europa luz do mundo*”, “*a Europa modelo de justiça social*”, a “*Europa Comunidade*”, são identificações abaladas pela divisão entre *Europa rica* e *Europa pobre*, com o Limes Romano Ressuscitado, com as unidades Estado-Nação do princípio de Willson ameaçadas (Espanha, Reino Unido) pelo movimento que alastra as *pequenas pátrias*, que tem na Península Ibérica o sinal mais alarmante da Catalunha. Por tudo, o mito da *Euráfrica* parece suspenso, e o fenómeno da manutenção da *memória* dos povos a ultrapassar o respeito pelos tratados, e a manifestar-se: se a

⁴ Anatole France, *Sur la pierre blanche*, Paris, Calmann Levy, 1905, p. 226, “*contre la folie colonial...*”. A. B. Keith, *Selected Speeches and Documents ou British Colonial Policy*, Oxford University Press, 1953.

Primeira Guerra Mundial acabou com os impérios europeus (Alemanha, Austro-húngaro, Russo, Turco), não pode ignorar-se que a *Alemanha* tem a tentação de *diretório*, que a Rússia se proclamou *Império do Meio*, lembrando que as suas *fronteiras de interesses* são mais abrangentes do que as *fronteiras geográficas*, e que os EUA, ao iniciarem a reconciliação com *Cuba*, parecem regressar aos princípios tradicionais do *Big Stick*, da *Marcha para o Pacífico*, da *Nação Indispensável*. Neste panorama anárquico, pelo menos do ponto de vista da ordem suposta pelos tratados assinados depois da Paz de 1945, é evidente que o modelo chinês de Deng Xiaoping, do *socialismo de mercado*, procura novo alento, que a *social democracia* ocidental está a ser batida pelo *neoliberalismo* que não estima o *Estado social*, que a *irradiação da fome* falhou, que, como foi dito, “a morte prefere os pobres”, e até a “batalha pela terra arável” faz com que algumas maiores soberanias, organizem uma ofensiva para adquirir terras aráveis, pelo que, a bem da paz, a organização das Nações Unidas para a alimentação e agricultura (FAO) organizou um *Código de boa conduta* em 2009.⁵

De tudo resulta que a *semântica* do passado político, doutrinariamente dominada por ocidentais, torna não apenas equivoco o conteúdo dos conceitos clássicos, como multiplica a criação, também frequentemente equivocada, de identificações exigíveis pela circunstância fluida que vivemos. A *soberania* não é já um poder absoluto com o direito exclusivo de usar a força, é um complexo de poderes (militar, científico, económico, financeiro, cultural) que poucos possuem na totalidade: daqui que às *superpotências*, se sigam os modestos Estados sem direito de veto, os *Estados exíguos* cujos recursos são inferiores aos custos dos objetivos clássicos do Estado soberano, os *Estados exógenos* que sofrem as consequências de decisões em que não participaram, os Estados a tender para *nominais*, como a Liechtenstein, ou Andorra, e, em contrapartida, os *emergentes* que vão tratando da competição da hierarquia pela obtenção dos poderes, as regiões como a *União Europeia* a tenderem para atender, com dificuldades históricas, ao princípio de que a *união faz a força*, os *Estados falhados* a caminho de transformarem em regra o mau governo causa de todo o empobrecimento, miséria, e quebra da paz, os Estados com fronteiras herdadas da imposição colonial e com um povo que está longe de ser uma Nação, sem contar, por impossibilidade, com os *poderes ignorados* que dominam as finanças mundiais com o seu cortejo de crises, e os *poderes legalizados* que parecem em pousio como as terras deixadas em repouso, lembrando os Conselhos da ONU e por exemplo o BIT. Neste quadro que se aproxima do conceito de “anarquia mundial” neste século XXI, sem bússola, Portugal mantém a *identidade de Nação*, mas com perda de sustentabilidade da população, que emigra, e limitações da sua integração pela quebra da natalidade; mantém a sacralidade das fronteiras, mas com fenómenos de *regiões transfronteiriças de trabalho*, e a problemática da formulação e acolhimento constitucional do conceito de interioridade; *exíguo* no quadro da crise económica e financeira mundial, pela quebra da relação entre recursos e deveres; procurando na

⁵ J. Baxter, *Ruée sur les terres africaines*, in Le Monde Diplomatique, Janeiro, 2010. O. De Schuttier, *Contrats d’acquisition ou de locations à large échelle: principes et mesures pour relever le défi des droits de l’homme*, ONU, Ou Commissaire aux droits de l’homme, Junho de 2009. T. G. Weiss, D. P. Forsythe, R. A. Coate, *The United Nations and changing World Politics*, Westview Press, Boulder, 2009.

União Europeia as bases de igual dignidade na comunidade mundial, pelo citado princípio da União: mas com janelas de liberdade, apoiadas no forte sentimento de Nação em que a comunidade de afetos é o cimento principal da solidariedade do passado com o futuro. Tais janelas de liberdade, para além do apoio da União com eventual conceito estratégico, estão na CPLP, o único fenómeno de solidariedade de uma antiga potência colonial com as antigas colónias, todas culturas da língua comum que acolhe as diversidades inevitáveis, e ainda da ambicionada *plataforma continental* que é necessários não perder a favor dos interesses coletivos mais prestes do que a frequente tendência governativa de preguiçar. Tivemos, em grandes crises, as vozes encantatórias que nos despertaram para a luta com êxito. Temos de as encontrar.

*(Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos para Seniores
no ciclo Portugal e as crises identitárias,
dia 27 de Outubro de 2015)*